

ROBINSON CRUSOÉ: UM MITO DO PRÉ-ROMANTISMO

Odalice de Castro Silva

“Eu tinha saído para ordenbar as cabras do curral próximo quando, meia hora depois, apareceu o selvagem, ajoelhou-se aos meus pés e voltou a fazer muitos gestos de submissão, colocando de novo a cabeça no chão e o meu pé sobre ela. (...) Começamos pelo seu nome: Sexta-Feira, por ter sido numa sexta-feira que o salvara da morte certa. Ensinei-lhe a chamar-me “Amo”, repetindo muitas vezes a palavra, para que compreendesse que me deveria chamar sempre assim”.

(Defoe, Daniel, Robinson Crusoe, pg. 113).

“Já que precisamos absolutamente de livros, existe um que oferece, a meu ver, o melhor tratado de educação natural. Será o primeiro livro que Emilio lerá; sozinho, constituirá por bastante tempo sua biblioteca inteira, e nela sempre ocupará um lugar de destaque. Será o texto a que as nossas conversas sobre as ciências naturais servirão apenas de comentários. Servirá de prova durante o nosso aprendizado sobre o estado de nosso juízo e, enquanto nosso gosto não se corromper, sua leitura sempre nos agradará. Qual é, então, esse livro maravilhoso? Será Aristóteles? Será Plínio? Buffon? Não, é Robinson Crusoe”.

(Rousseau, Jean-Jacques. Emilio, ou Da Educação. Livro III, p. 233.

As convenções e relativismos com que, muitas vezes, as avaliações históricas examinam determinados eventos não podem negar ao Romantismo o caráter de ter sido “o maior acontecimento espiritual do Ocidente nos tempos modernos” (ELIA: 1978, p.114).

Pelo conjunto das realizações que englobam mais de dois séculos, pelo menos no Ocidente, o Romantismo já está referido em documentos do século XVII. Em 1694, o abade Nicaise referindo-se a uma cena pastoril, pergunta se aqueles que pastoreavam não pareciam “bem românticos”.



John Constable. The Hay Wain.



William Blake. Fiery Pegasus, 1809.

O termo não se resume em designar um movimento poético ou literário, ou estético, mas o despontar de outros padrões de valores que se estenderam por imensas áreas do pensamento, atingindo a ciência e a religião, indo bem além de movimentos anticlassicistas, como um estado de espírito, uma forma de vida.

Oriundo do latim popular, o advérbio *romanice*, significando “à maneira dos romanos”, gera o adjetivo; Na evolução francesa, o adjetivo vai de *romanz*, à *romant* e *roman*. As palavras existiam desde o século XII, referindo-se a narrativas em linguagem popular, opondo-se ao latim. No século XIV ganha, pela expressão das narrativas, a designação de histórias de aventuras, construídas em verso. A partir do século XV, o termo se estende para a temática das histórias de cavalaria, em prosa e, a partir de então, encorpou o sentido com que a empregamos até hoje.

“Romanesco”, advinda da forma “romanz”, forma-se do francês “romantique”, e para o inglês “romantic”, inicialmente para referir-se a paisagens da natureza, capazes de suscitar sentimentos nostálgicos, de solidão, de retorno às origens, os quais seriam uma manifestação de tempos ditos modernos.

Com esse sentido, o termo romântico designa o bucolismo de jardins pitorescos e, na França, em 1776, Jean-Jacques Rousseau, com *Revêries d'un promeneur solitaire* (*Devaneios de um caminhante solitário*), afirma que as margens do lago de Bienné são “românticas”.

O qualificativo passa a ser usado para expressar “a generalização de um sentimento de fuga à realidade social, de busca de um refúgio solitário, em colóquio com a natureza, capaz de nos conduzir às fontes puras que nos haviam gerado em nossa autenticidade primitiva” (ELIA; 1978, P.114)

Como por uma tendência natural, o termo Romantismo não foi de início um conceito, uma idéia, mas uma sensação, um sentimento, uma nova forma de entender a percepção dos sentidos, desencadeando e justificando ideais, como os de justiça, liberdade, fraternidade, igualdade entre os povos, reminiscências edênicas e ancestrais, canalizadas como manifestos materializados em revoluções que mudaram os mapas políticos, a face da História e os trajetos das civilizações.

Há que destacar o papel importante que os fundamentos anglo-germânicos destes novos ideais tiveram, na expansão do conjunto as-

sociado de motivos que chamamos de Romantismo, sobre a cultura francesa, modificando em grande medida seu espírito e justificando a anglomanía que irrompeu em França.

Ao mesmo tempo em que havia a adoção de costumes e hábitos tidos como representativos destes novos tempos, acentuava-se a vontade da livre orientação para todos os dons do espírito de cada povo, tanto nas artes, quanto nas ciências dos homens, no que perfaz o seu caráter, sua individualidade.

Nestas exigências reconhecemos o desígnio do relativismo, que abalou os padrões até então considerados como absolutos e verdadeiros, guardados sob o selo do que se convencionou designar de clássico.

Nacionalismo e liberalismo são as palavras mais usadas para designar o fluxo de idéias oriundas, na primeira, de origem anglo-germânica; quanto à segunda, as idéias francesas, perfazendo as duas grandes vertentes conceituais que alimentaram o relativismo romântico.

Do ponto de vista literário e de expressão em prosa, o gênero romanesco de língua inglesa desenvolverá uma temática, a da curiosidade pelo desconhecido, pela vontade de livrar-se de convenções estabelecidas em nome de outras regras, mais ligadas ao instintivo e ao ancestral, sem dúvida motivada pela movimentação dominadora e expansionista da Inglaterra.

Juntemos às idéias apontadas uma certa vocação de intenção nobre das idéias políticas do Romantismo, o que se concretizou como preocupação pela formação espiritual e cultura, tanto de indivíduos quanto de povos. No nível individual, duas temáticas ganharão força e, de certo modo, afinidade: os romances de formação e de aventura. Ambos se conjugam para realizar o progresso, o crescimento, a descoberta e o aprimoramento. Se o primeiro concretiza na civilidade seus objetivos, o segundo desenvolve o tema do reencontro com o que o homem tem de primitivo.

A ação combinada do sentimento e da razão sinaliza a busca por uma interação equilibrada, incentivada pela imaginação, o que é capaz de proporcionar ao poeta uma personalidade coesa, dentro de uma percepção simbiótica do mundo.

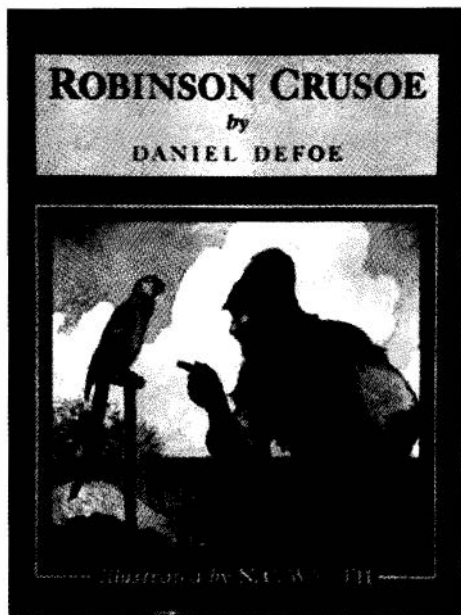
Como fontes pré-românticas do que chamamos de Romantismo, o crítico e historiador austro-brasileiro Otto Maria Carpeaux des-

taca: o irracionalismo e a mística, o sentimentalismo e o terror, o teatro (trágico) de Shakespeare e a prosa e o caráter eminentemente poético de sua produção literária.

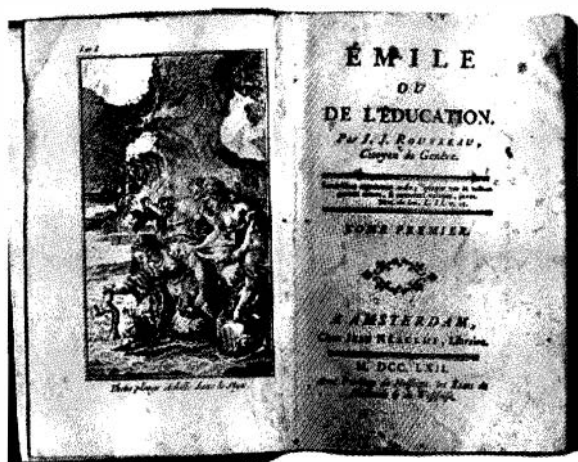
A força criadora do impulso, a exigência de originalidade, de inventividade; não mais a erudição absoluta dos clássicos, mas a genialidade que transformará a literatura, a arte e a vida; estes são alguns traços dos pré-românticos, como o Abade Prévost, autor do primeiro romance sentimental do século XVIII, *A História do Cavaleiro Grioux e de Manon Lescaut*, de 1731. A tradução pelo Abade de *Pamela* (1740) e de *Clarissa* (1748), de Samuel Richardson, abre as portas do gênero romanesco que atrairá leitores, uma forma de apresentar o impulso amoroso revestido de pureza e sentimento, contra “as convenções e tabus da sociedade do *Ancien Régime* (...) É a expressão literária da ascendente classe média” (Carpeaux: 1978, p.160).

Acrescente-se ao gosto pela exacerbação amorosa o mistério do estranho, do sobrenatural, do terrificante: trata-se do gótico, cultivado por Ludwig Tieck (1773 – 1853), em que se mesclam histórias medievais e pavorosos contos de fadas, como *Der blonde Eckbert*, ou nas contribuições de Heinrich von Kleist, Ernst Theodor Amadeus Hoffmann (1776 – 1822); ambos os escritores espalharam a tendência do horror, do horripilante, atravessando-os, para manter-se em equilíbrio ao longo das narrativas por vezes extensas, à custa do satírico e do humor, em virtude do exagero e da repetição de situações no enredo.

O gótico e o histórico, por efeito de uma certa relação temática subterrânea levará os criadores a narrativas exóticas, ambientadas em lugares remotos, cujos elementos arrastam os leitores para o coração dos mitos.



Capa de Robinson Crusoe.



Frontispício de Emílio, ou da Educação.

Para levar os leitores ao coração dos mitos, como síntese da contribuição viva do teatro com a crônica do dia-a-dia do jornal, a narrativa romanesca, no formato de folhetim e depois através do formato de romance em livro será eleita como o gênero capaz de dar conta da difícil tensão entre o verdadeiro e o ficcional.

Vamos nos concentrar em *Robinson Crusoe* (1719), o romance que operou a “impressão de fato verdadeiro” (CEVASCO & SIQUEIRA: 1985, p. 43), para uma melhor compreensão de uma obra que tinha o objetivo de relatar para seus leitores histórias com a força de verdade. Pelo estilo suposto documental, o narrador, como se fora o próprio autor, narra, em seu diário, o romance em si, as aventuras de um naufrago numa ilha deserta, como a concretização de princípios advindos do primado da razão e da vontade do homem, difundidos pelo Iluminismo da Renascença, de primórdios do século XVI, o que operaria, mais tarde, a vontade revolucionária.

O gênero de temática aventureira não se inicia na Inglaterra ou em França, suas origens remontam à Antiguidade, na versão de viagem e de provação, mas, o romance de Daniel Defoe (1660 – 1731) se desenvolve dentro de uma linhagem dos que tematizavam a diversidade geográfica de um mundo em expansão. A viagem leva o herói, de prova em prova, à custa do enfrentamento com o espaço, em geral hostil, aos conflitos com sua própria capacidade de resistência, daí o foco psicológico e emocional das provas que o personagem imporá a si mesmo, na tentativa de testar a força da racionalidade diante de situações desconhecidas, para tirar o leitor da segurança do cotidiano, “ajudá-lo a se evadir para encontrar um momento de repouso ou de esquecimento (RAIMOND: 1989, p.33).

Embora díspares entre si, os grandes mitos, entre os quais incluímos o personagem de Daniel Defoe, como Fausto, Dom Quixote e Dom Juan, os quais perfazem o conjunto individualista oriundo das concepções de indivíduo e individualidade nascidas da vontade de liberdade e independência, de “nômades solitários” (WATT: 1997, p. 131).

Do cenário do Renascimento europeu e da Reforma temos o ponto de partida das idéias que norteiam a construção do indivíduo, aquele que se desliga da noção de clã, grupo ou estado e passa, ou melhor, luta para tentar provar ao mundo, a existência de si; naturalmente,

ao desligar-se do apoio que lhe dava reconhecimento, o encontro com o outro, seu espelho, esbarra nas lutas anti-individualistas do momento em que os grandes mitos românticos ganham o centro do palco: o da Contra-reforma.

Parece paradoxal que nas lutas do imaginário para ocupar o coração dos pensadores, a resistência de certo ceticismo se faça sentir através de uma postura satírico-realista presente nas figuras representativas dos conflitos do homem com o império da razão e da vontade, expresso, principalmente, na exigência do livre-arbítrio, a desencadear a série de desencontros narrada nas obras em questão.

A ideologia que norteava tais paradoxos trazia em si a dissensão e a dubiedade, bem mais capazes de expressar a dúvida e a desconfiança em idéias acabadas e aceitas:

“Os temas dos escritores daquele período incluem às vezes um amargo toque de decepção, de sentimento da inutilidade de aprender; uma descrença generalizada nas leis políticas, sociais ou religiosas; e um marcante pessimismo quanto à verdadeira condição humana, juntamente com um certo anseio metafísico por algumas formas de crença absoluta. O principal problema para os pensadores da Contra-reforma não consistia no fato da ideologia positiva do Renascimento já não reunir as condições indispensáveis para validá-la; estava no fato de terminarem perplexos e decepcionados aqueles que tentavam manter os seus valores” (WATT: 1997, p.136).

Perplexidade e decepção impulsionam a tendência contrária do ânimo e do destemor, da esperança: móveis para a imaginação quebrar os limites do possível e conduzir os narradores a extremos improváveis até então – aqueles que alimentariam a crença na vitória do indivíduo, movido por amor a si, representaria os ideais do homem, a viver uma história tradicional largamente conhecida no âmbito da cultura, que é creditada como um crença histórica ou quase histórica, e que encarna ou simboliza alguns dos valores básicos de uma sociedade” (idem:ibidem, p.16).

Com este entendimento do conceito complexo de mito, entramos para a história de Robinson Crusoe, a atração pelo desconhecido, pelos espaços que não conseguimos apanhar e que sempre se distanciam quando tentamos alcançá-los.

Crusoe deve-se a uma corruptela de Kreutznaer, sobrenome de seu pai alemão, o qual, vindo para a Inglaterra, estabeleceu-se em York e Robinson, proveniente do nome de família de sua mãe. De início, a aventura de Robinson relaciona-se ao mito do filho que deixa a casa do pai, ao seguir um amigo, aos dezenove anos, em viagem por mar, saindo do porto de Hull, no dia 1º de setembro de 1651.

Atravessando as dificuldades naturais de uma viagem marítima àquela época, com tempestades e quedas de ânimo e muitos arrependimentos e recomeços, o personagem de Defoe retorna a Londres. A viagem fora lucrativa e ele resolve repeti-la, embarcando para a África. Desta vez ele será capturado por um corsário turco e levado para o porto marroquino de Sale, de onde foge, dois anos depois, com Xuri, um adolescente mouro. Tem a sorte de ser recolhido por um navio português que o deixa no Brasil. Com dinheiro que trazia, compra terras para cultivar cana-de-açúcar e tabaco.

Robinson avalia sua situação e constata que não saiu da condição mediana recomendada por seu pai, por ser a mais segura e desejável. Sentindo-se só, como se estivesse numa ilha deserta, ao final de quatro anos de trabalho, descobre uma forma mais rápida e desafiadora de enriquecer, a qual seria fazer-se ao mar, outra vez, alcançar a África e de lá trazer escravos para abastecer sua fazenda e também vendê-los a outros fazendeiros.

O aventureiro desta vez sofre um naufrágio, todos morrem e ele realiza a sensação que o dominava: a de ser um homem sozinho numa ilha desabitada. A princípio acorrem-lhe os pensamentos de remorso e pecado por haver desobedecido a seu pai e a Deus que o salvara nas outras viagens. O personagem descobre-se sozinho e, de início, se desespera, para, logo no dia seguinte, começar a organizar-se para estabelecer-se na ilha, com o que havia no navio, o qual fora arrastado pelo vento, para perto da praia, de onde Robinson pode abastecer-se em sua nova morada: uma caverna encontrada no terreno e que cuidara de alargar para guardar seus pertences e proteger-se de possíveis ataques.

Tudo que vai-lhe acontecendo, seus pensamentos, suas reflexões, constatações passa a ser registrado em um diário, inclusive, em meio a terremoto e “febre malsã”, a lembrança da desobediência a seu pai. Recupera-se da doença, anda pela ilha, tenta construir embarcações e assim passam-se os quinze primeiros anos, ao fim dos quais encontra a marca de um pé humano na areia, à página 88 das 253 que contém a versão em língua portuguesa, a marca do humano, o outro:

“De repente, fiquei como que petrificado, Diante dos meus olhos, quase junto dos meus pés, havia, na areia, a marca de um pé descalço. Se, naquele instante, me aparecesse um monstro, não teria sido maior o meu pavor. (...) Corri a praia toda, mas nada mais vi de anormal senão aquela pegada humana. Aproximei-me outra vez, para me certificar de que não tinha sido obra de alucinação; mas não havia a menor dúvida. Ali estava uma pegada humana perfeitamente delineada: os dedos, o calcanhar, enfim, todo um pé bem marcado. COM estava ali e porque razão, é que eu não podia conjecturar”. (DEFOE: 1995, p.88).

A pegada passa, de imediato, a representar “uma horda de inimigos”, talvez o próprio demônio, para aterrorizar sua tranqüila vida na ilha: “Como era possível que houvesse outro homem na ilha? Onde estava e que navio o trouxera? E como deixaria um homem apenas uma pegada, e não muitas, como seria lógico? Mas também me parecia absurdo que o diabo tomasse forma humana para deixar unicamente a marca de um só pé.” (Id. Ib. p.89).

Estas perguntas juntam-se ao pasmo e ao terror que o acometeram, diante da possibilidade de enfrentar selvagens arrastados “pelos ventos ou pela corrente, que não tivesse querido ficar em terras tão solitárias” (p.89).

O personagem confessa ao diário o pânico que o tomara por “três dias e três noites”, ao fim dos quais recobrou a razão e responsabilizou a imaginação por aquele tumulto em sua segurança: “Que ridículas resoluções tomam os homens que se deixam dominar pelo

terror! A razão se tolda e a imagem que o medo forma do perigo é mais pavorosa do que o perigo em si”. (pág. 91)

A partir de tais anteparos racionais, Robinson, ao inspecionar a ilha com mais cuidado, descobre sinais de práticas canibais, o que fez com que ele se enchesse de ódio por “aqueles bárbaros e pelo seu repulsivo costume” (p.94), embora a rotina tivesse sido retomada, continuava, no entanto, “a pensar com nojo e horror nos selvagens. Fiz mil e um projetos para dar cabo deles, ou, pelo menos, para dar-lhes uma lição tal, que nunca mais voltassem a por os pés na minha ilha. Mas que podia fazer um homem só contra vinte ou trinta canibais armados de lanças, arcos e flechas, cujos disparos seriam tão certos como os das minhas armas?” (p. 95).

Robinson reforça as defesas e, após assistir a canibais arrastando cinco canoas para a praia, com vítimas que seriam mortas e devoradas, ajuda a uma delas a fugir; assim, vinte e cinco anos depois, ele ouve o som de voz humana e dá-lhe o nome de Sexta-Feira que o ajudará a repelir outro ataque de indígenas invasores.

Concretiza-se a fuga da ilha ao aportar um navio europeu que Robinson domina, resgatando os prisioneiros e matando os marinheiros, para regressar a Londres, após uma ausência de trinta e cinco anos, a 11 de junho de 1687.

Robinson toma conhecimento de que lhe restam duas irmãs e dois sobrinhos, filhos de um irmão; retoma as viagens, desta vez para Lisboa, onde é sabedor de que suas plantações no Brasil tiveram progresso e de que as “aplicações financeiras” em Portugal alcançaram um bom lucro. Casa-se, agora que é um homem rico, tem dois filhos e uma filha, vem a perder a esposa, decidindo-se pela vida de aventuras, prometendo aos seus leitores outros relatos, inclusive uma possível volta à ilha onde conhecera Sexta-Feira.

O romance conheceu grande fama e seu autor cumpriu o que havia prometido, escrevendo em agosto de 1719 a continuação das aventuras, pois a primeira parte fora dada ao público em abril. Em 1720, Defoe publica a terceira parte, como as “Reflexões graves de Robinson Crusoe quando vivo, sobre as suas pasmosas, surpreendentes aventuras: como a sua visão do mundo angelical” (WATT: 1957, p.152).

A bibliografia completa de Defoe perfaz 548 volumes isolados,

e a primeira parte de Robinson Crusoe é o 412º título do conjunto. NO mesmo ano de 1719, Defoe publica outros dezesseis títulos, embora muitos deles tenham se tornado conhecidos pelos enredos e personagens, assinados por pseudônimo.

A visão de Defoe em relação às histórias que criou é bem peculiar a um momento das letras na Inglaterra, quando os escritos de imaginação e fantasia, projetados em linguagem convincente, de extração jornalística, conviviam com volumes dedicados à formação espiritual, moral e ética dos adolescentes e jovens.

Tomando-se como o móvel da história, projeta em Robinson desde as inquietações juvenis, impulsos que o arrastavam ao desconhecido, os quais, ao mesmo tempo o levavam à desobediência dos conselhos de seu pai, configurando-se deste modo, no personagem, a mais aguda sensação de realidade que emanava das relações de experiências exceções, como aquelas vivenciadas pelo personagem do romance.

Além da busca, talvez inconsciente pela solidão moral, durante a qual se encontra consigo mesmo, para medir e avaliar quem ele é, o senso de racionalidade no trato com a natureza e o trabalho em si, como uma economia do necessário e do útil para suprir o de que ele precisa e com o que se compraz para viver, as três qualidades do herói apontam as bases morais de seu caráter, alimentadas pelo instrumental inventado para a consecução do trabalho:

“Eu nunca havia manejado uma ferramenta, mas acabei por me convencer de que, com engenho, esforço e perseverança poderia fazer tudo, especialmente se dispusesse dos instrumentos indispensáveis”. (DEFOE: 1995, p. 71)

Os motivos da determinação de Defoe para a realização de seu personagem são a necessidade e a satisfação com os resultados obtidos, embora as dificuldades não tenham sido poucas, com destaque para uma grande dose de amor-próprio em tudo que faz.

No que tange ao encontro com Sexta-Feira e as lutas do espelhamento, ou melhor, em ver-se nas arestas de luz, no outro iletrado e selvagem, Robinson personifica o difícil caminho do auto-conheci-

mento, sempre adiado, sujeito a boicotes e sabotagens, desvelado na queda das máscaras que Defoe não realizou neste romance, mas de cujos movimentos ensaiou os primeiros passos.

O individualismo de Robinson, patente nas atividades de manter-se ocupado diante da solidão, de aprender a usar os instrumentos que retirou do navio, os que teve que improvisar e inventar, a fim de manter-se vivo, esbarra na figura de Sexta-Feira, necessitado de todas as formas de instrução, inclusive, o ensino da existência de Deus.

A prática religiosa da personagem, se era devida à forte influência protestante, tinha caráter intermitente e não trazia consciência de grupo: “O lado coletivo e sacramental da igreja não existe para Crusoe” (Id. Ib. pg. 168).

O mito do homem destemido, que enfrenta e sobrevive a dificuldades inumeráveis, que ordena e produz o de que necessita, sozinho, para sobreviver às forças da natureza, diante das quais sente sua pequenez, mas que, a duras penas, aprende com elas mesmas a ser quem é, que faz do encontro com o outro de si, um desvelar de seus vários eus, é, também, o épico pré-romântico dos audazes e valentes.

Sob a dominação do individualismo, o herói é confrontado com o ser selvagem, para provar o que a sociedade como um todo lhe ensinou.

Podemos, agora, perguntar o que resta da reescrita da fuga da casa dos pais, da desobediência, das provações, da conquista do que lhe era devido, do incansável recomeço, uma vez que os mitos habitam o terreno comum dos arcanos desejos e medos, da atração e do temor do desconhecido? Foi neste lastro comum que tantos poetas e escritores, criadores de histórias tão verdadeiras como as que Defoe e nelas acreditava, refutando das mesmas qualquer alusão à fantasia, elaborando uma realidade muito mais rica do que aquela que a História, a partir das expectativas do aceitável, forjava para os filhos daqueles tempos.

Os tempos do pré-romantismo, na Inglaterra, em França, especialmente, sob o impacto das idéias renascentistas, nas ciências e nas artes, bem mais próximas do que hoje, receberam, sem dúvida, da Reforma, a vontade de retornar aos ideais ainda no século XVI e da Contra-reforma, uma tentativa de restabelecer a abalada liderança de Roma, as linhas principais que nortearam a construção da Sociedade

da Igreja primitiva européia do século XVIII, em fundamentos que merecem um exame acurado de seus princípios.

O toque dos contrários instalar o inteligente diálogo que abre, necessariamente, aos leitores de hoje, os romances de Defoe, de Richardson e de outros prosadores daquela época marcada pela suspeita de que as normas e as regras que começavam a ser forjadas iriam dar lugar a uma nova ordem, tanto na vida quanto na arte.

Gênero eleito para tais debates e inquirições, o romance, generosamente, prestar-se-á a um dos mais interessantes colóquios em defesa da formação moral dos jovens, em que pese as incompreensões das instituições sociais e religiosas daquele tempo para elucubração de tal sutileza.

Um dos mestres deste debate, a um só tempo, arriscado e corajoso será o autor de *Emílio ou da Educação* (1757 – 1762), Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778), que o escreveu com o objetivo de educar um homem para a liberdade, capaz de se defender das amarras da sociedade, entendida a liberdade como resultado da aprendizagem do controle desnecessário e do inconveniente, a fim de atingir o perfil do equilíbrio desejado pela formação mora do homem consciente de si mesmo e do outro. Para Rousseau, a formação integral do homem consistia em alguns fundamentos perseguidos desde a infância: “é preciso ensiná-lo a se conservar enquanto homem, a suportar os golpes da sorte, a desafiar a opulência e a miséria, a viver, se preciso, nos gelos da Islândia ou sobre o ardente rochedo de Malta”. (ROUSSEAU: 1999, p.15)

Adotado como guia para a “idade feliz”, *Robinson Crusoe* realiza a situação de uma pessoa diante da necessidade de prover o cotidiano a partir de suas próprias forças e invento. Rousseau foi atraído pela idéia geral do romance, evitando a falsidade de valores sociais e de opiniões correntes, segundo o que prescrevia para seu pupilo: é preciso desenvolver uma boa dose de amor por si mesmo, ao mesmo tempo defender-se do exagerado amor-próprio, pelo danoso sentimento de presunção e orgulho, pressupostos da adoração dos outros por nós.

Reunidos os elementos apresentados para refletir sobre o período que antecede a um dos mais importantes na História das idéias no Ocidente, consideramos por oportuno destacar o romance mais conhecido e, talvez, o mais lido no Brasil, entre o que se tornaram famo-

tos, escritos por Daniel Defoe e cercá-lo de algumas das grandes questões ligadas à descoberta do eu, por seu personagem-narrador, diarista, o dos inventários, descrições e longas dissertações sobre a condição do homem em sua solidão, mesmo por trinta e cinco anos dos mais de setenta que o autor lhe concedeu.

As demais questões pertinentes aos séculos que fazem o cenário das grandes mudanças do mundo moderno, sem dúvida, a do individualismo em Defoe ofusca os temas do nacionalismo e do progresso, embora o personagem não possa ser reprovado nos testes que representam a luta do homem com os elementos da natureza, através da viagem para dizer-se humano.

Este não é bem um livro de aventuras para passar o tempo nas férias, pois as perguntas e desafios que lança ao leitor, farão com que este feche o volume que tem diante de si se veja ao longe, exposto à condição de Crusoe, tirando da terra, com suas mãos, o seu sustento, enfrentado os ângulos (ainda) selvagens de sua própria pessoa, medo do outro, como quem se vê, de uma hora para outra, fora do conforto, da segurança, da estabilidade que a civilização oferece e cobra das pessoas.

A solidão do indivíduo construindo sua descoberta, talvez seja uma das possibilidades de leitura deste romance pré-romântico, clássico de quase trezentos anos. Faltam apenas 12 anos para que ele complete três séculos e traz as inquietações que ainda não conseguimos interpretar ou resolver, ou, dizendo como Otto Maria Carpeaux: encontrar num livro, “a atitude de considerar a vida como espetáculo e especulação, com a esperança de encontrar ao fim uma grande felicidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARPEAUX, Otto Maria. *Ensaio reunidos. 1942 – 1978. Vol.1.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura ocidental.* Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. Alhambra, 1987.

CEVASCO, Maria Elisa & **SIQUEIRA**, Valter Lellis. *Rumos da Literatura Inglesa.* São Paulo: Ática, 1985.

DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoe.* Trad. de Vera Cardoso. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

GUINSBURG, J. *O Romantismo.* São Paulo: Perspectiva, 1978.

RAIMOND, Michel. *Le Roman.* Paris: Armand Colin Ed., 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação.* Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Os devaneios de um caminbante solitário.* Trad. Fúlvia Maria Luiza Moretto. Brasília: EUB, 1986

WATT, Ian. *Mitos do Individualismo moderno.* Trad. Mario Pontes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.